

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS SURDAS

Ariosto Afonso de Moraes ¹; Rebeca Raissa Afonso Vasconcelos ²; Emília Mendes da Silva Santos ¹; Isabela Regina Alvares da Silva Lira ¹; Inês de Oliveira Afonso Maia ³

¹ *Universidade Católica de Pernambuco;*

² *Universidade Federal de Campina Grande*

³ *Universidade Federal de Pernambuco;*

ariostodireito@gmail.com

RESUMO

A Educação Especial corresponde a uma modalidade de ensino que possui a finalidade de instaurar o desenvolvimento potencial dos indivíduos portadores de necessidades especiais, contemplando distintos níveis do campo de ensino. A Educação Especial e o ambiente escolar devem caminhar em conjunto para que possam promover benefícios para as crianças que necessitam de um aparato específico. No contexto das crianças com surdez, não seria diferente, pois esse determinado público requer atendimento especializado e um aparato pedagógico adequado. O objetivo desse estudo visa apontar a relevância da Educação Especial no processo de aprendizagem de crianças surdas brasileiras. No tocante a metodologia da pesquisa, utilizou-se o método qualitativo e pesquisa bibliográfica, no qual foram adotados materiais devidamente publicados, como por exemplo, artigos científicos que retratam a temática em questão. Os materiais foram retirados por meio da ferramenta de pesquisa Google Acadêmico e do banco de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online). Evidenciou-se que a Educação Especial promove a socialização das crianças surdas, favorecendo o processo de cidadania, amenizando o preconceito em sala de aula, além da potencialização do aprendizado e habilidades das crianças surdas. Para que sejam alcançados esses aspectos positivos, faz-se necessário o aparato de estratégias pedagógicas por parte do profissional de LIBRAS e dos outros profissionais docentes, para que em conjunto possam promover o processo de aprendizado da criança surda, tendo em vista as dificuldades atreladas na sociedade e no âmbito educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial, Surdez, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial corresponde a um campo da Educação que destina as suas atividades no atendimento e educação de indivíduos com deficiência, principalmente quando se trata das escolas regulares ou locais especializados, como por exemplo, ambientes para surdos e cegos. Esse ramo é considerado relevante para a sociedade como um todo, tendo em vista a necessidade de se implantar medidas que possam atender corretamente esse público-alvo.

Nos últimos vinte anos, várias intervenções foram desenvolvidas para corresponder a demanda de alunos com distintas particularidades no ambiente escolar chamado comum ou regular no Brasil, sob especificidade da atenção à diversidade. O AEE (Atendimento Educacional Especializado) é considerada uma visão denominada pelo Ministério da Educação, no qual corrobora a função das instituições especializadas como colaboradoras no âmbito da educação especializada (REBELO; KASSAR, 2017).

A necessidade e importância do desenvolvimento de estratégias e medidas que possam beneficiar a ação das atividades no tocante a Educação Especial no Brasil são consideradas inquestionáveis e não podem ser deixadas de lado pelo governo, uma vez é uma realidade que

se faz urgente na atualidade e requer melhorias crescentes. As escolas regulares não devem apenas disponibilizar o serviço, sem que ele esteja apto, com a devida qualidade e profissionalismo.

Pode-se dizer que crianças surdas, por exemplo, de um modo geral se sentem inferiores e diferenciadas das demais, tendo em vista que elas encontram-se em fase de formação e desse modo, considera-se que profissionais da área da saúde e educação devem caminhar juntos para que essas dificuldades e desafios sejam continuamente minimizados e com isso, essas menores possam desenvolver suas habilidades e desenvolver a aprendizagem de modo coerente.

De acordo com Zanata (2004, p. 169), “a perspectiva da inclusão escolar no caso de alunos surdos assume desafios consideráveis em função da dificuldade de comunicação entre a escola e o aluno, uma dificuldade que se não for sanada põe em risco os objetivos da educação para esse tipo de estudante nas escolas regulares”.

Apesar da importância que essa temática se constitui para o âmbito da educação e sociedade, sabe-se que as escolas regulares possuem dificuldades em oferecer serviços que atendam crianças com algum tipo de necessidade especial, seja ele auditivo, visual ou de locomoção. Com base no que foi retratado, o presente estudo possui como objetivo geral apontar a relevância da Educação Especial no processo de aprendizagem de crianças surdas brasileiras.

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, utilizou-se o método qualitativo e pesquisa bibliográfica, no qual foram adotados materiais devidamente publicados, como por exemplo, artigos científicos e regulamentos que retratam a temática da relevância da Educação Especial no processo de aprendizagem de crianças surdas brasileiras. Os materiais foram retirados por meio da ferramenta de pesquisa Google Acadêmico e do banco de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo histórico da Educação Especial vem gradativamente tomando maior proporção e relevância no Brasil nos últimos anos, essa valorização e preocupação com base nessa temática beneficia o processo de ensino e aprendizagem para crianças que possuem algum tipo de deficiência. A mídia brasileira, por exemplo, destaca cada vez mais questões relacionadas a igualdade, respeito e inclusão de indivíduos portadores de deficiência, levando dessa maneira a conscientização da população acerca desse aspecto.

Questões relacionadas ao acesso a educação de crianças com necessidades especiais estão sendo gradativamente mais debatidas no cenário atual brasileiro, fator este que tem promovido uma maior preocupação no tocante aos educadores, professores de escolas regulares, dos que exercem atividades no tocante ao atendimento especializado, além dos profissionais da área da saúde em geral e da coletividade como um todo que também devem estar instruídas em decorrência da minimização do preconceito e dificuldades posteriores que esse público passa rotineiramente em suas atividades mais básicas.

No entanto, sabe-se que essa preocupação e debate de modo acentuado na sociedade brasileira acerca da Educação Especial é considerado recente de um modo geral, assim como revela Rebelo e Kassar (2017), foi a partir da década de 1990, fase posterior à promulgação da Constituição brasileira, que políticas direcionadas à infância e adolescência passaram a caminhar em conjunto, dando alicerce as matrículas em massa nas escolas e desse modo,

essas questões relacionadas a integração/inclusão se delineou como decisivo em relação as políticas sociais.

Com base nas considerações mencionadas acima por Rebelo e Kassar (2017), os autores ainda corroboram que de maneira específica para menores da educação especial, a matrícula nas escolas foi exigido. A política educacional corroborou que a escolaridade poderia suceder em escolas regulares ou especiais. Após o ano de 2003, houve a preferência da escola comum/regular por parte da política educacional como sendo uma opção prevalecente para os indivíduos da educação especial e em relação a educação inclusiva, essa passou a ser exercida nas classes comuns.

Em confirmação com essa política, foi instaurado o Programa Nacional de Sala de Recursos Multifuncionais no ano de 2007. Desse modo, as salas de recursos passaram a ser destaque para o atendimento educacional especializado. Para exercer corretamente as atividades desse determinado programa, os alunos devem assistir aula comum em um período do seu dia e no outro obter o atendimento especializadas nos ambientes das salas de recursos multifuncionais, sendo considerada uma maneira complementar à escolarização (REBELO; KASSAR, 2017).

Diante do avanço e valorização da temática de Educação Especial no Brasil, atualmente configura-se que diversos profissionais estão se especializando nessa área, para melhor atender crianças com necessidades especiais como, por exemplo, o autismo, surdez, cegueira e entre diversas outras. Adentrando-se a questão da surdez, considera-se demasiadamente importante a relação da Educação Especial na construção do aprendizado da criança que possui essa determinada patologia, pois profissionais capacitados são uma ferramenta fundamental no letramento desses indivíduos, assim como se destaca o profissional que exerce atividades focadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

De acordo com Carvalho (2017), a língua de sinais é fundamental para a obtenção da escrita de uma língua oral. Por meio do ensino de LIBRAS, o indivíduo surdo alcança a língua portuguesa como se a mesma fosse estrangeira e o português é retratado como uma segunda língua. Nesse sentido, disponibilizar a língua de sinais como primeira língua é promover a esses indivíduos o processamento e a síntese de conhecimentos.

Ao retratar os benefícios da Educação Especial para crianças surdas, deve-se considerar a atuação do profissional de LIBRAS, tendo em vista que é por meio desse educador que as crianças surdas passam a aprender a língua brasileira de sinais como a primeira língua e com isso, aprender novos conhecimentos e habilidades. Conforme Mendonça et al (2016), a língua brasileira de sinais se configura como o componente curricular essencial para crianças surdas desde a Educação Infantil. Deve-se destacar também que o acesso de pessoas com deficiência no Ensino Regular é assegurado pela legislação brasileira, como por exemplo, pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, não podendo excluir qualquer indivíduo que possa ser distinto, assim como disponibiliza atendimento especializado as pessoas com deficiência.

Com base nas legislações sobre Educação Especial, a lei federal n. 9.394/96, em seu artigo 59, disponibiliza aparato para o atendimento de alunos com surdez, assim como se destaca:

- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- V – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem

capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectuais ou psicomotoras;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

No entendimento de Carvalho (2017), a lei e destaca como sendo criteriosa, exigindo que o estado garanta o acesso gratuito ao ensino fundamental e médio, até mesmo para os que possuem idade avançada. Em conformidade com a legislação brasileira, a lei n.10.098/2000 considera em seus artigos 17 e 18 que o poder público deve tomar atitudes para banir as dificuldades relacionadas a comunicação, para que possa assegurar ao indivíduo com deficiência sensorial e com barreiras em relação a comunicação e acesso a educação.

Um dos principais benefícios que se destacam como relevantes da Educação Especial no processo de aprendizagem de crianças surdas diz respeito a socialização entre as mesmas, tendo em vista que apesar das diversas limitações, a Educação Especial promove a oportunidade para que elas possam obter a capacidade de desenvolver o aprendizado. Desse modo, a socialização torna-se fundamental para que as crianças possam aventurar-se em novos conhecimentos e no desconhecido, fazendo com que esse público consiga superar os seus próprios desafios.

No entendimento de Rosa (2005), os benefícios que Educação Especial exerce podem alcançar até os pais das crianças, tendo em vista que os mesmos se sentem motivados a auxiliar os seus filhos na síntese do processo de aprendizagem. Isso significa que o papel da família torna-se significativo, uma vez que nas tarefas diárias, a família pode desenvolver o estímulo para essas crianças. Além disso, outra vantagem desse processo de inclusão diz respeito ao fato de que as crianças ditas como normais desenvolvem e aprendem a respeitar as crianças com necessidades especiais, promovendo dessa maneira, a solidariedade e o compromisso com o outro.

Para que se obtenha um ambiente educacional inclusivo e com resultados positivos, segundo Zanata (2004), essa construção se fundamenta de forma cíclica, sendo iniciada pela síntese coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, aspirando ao indivíduo com necessidades especiais, até o desenvolvimento de estratégias de sala de aula pelo docente. Sendo assim, deve-se argumentar que a inclusão escolar reitera que é necessário de uma redefinição da função do professor no ensino especial, uma vez que o mesmo passa a assumir o papel de colaborador do ensino comum.

Com a finalidade de se obter vantagens da Educação Especial no processo de aprendizagem de crianças surdas, deve-se corroborar que as práticas pedagógicas são fundamentais nesse contexto. No entendimento de Santos e Silva (2016, p. 06), “faz-se necessário uma política educacional que contemple os profissionais da educação como um todo, mudando as práticas pedagógicas e quebrando as barreiras da sala de aula, no intuito de que toda a comunidade possa estar presente nesse contexto”.

O processo de inclusão de surdos na sociedade é um conteúdo que apesar de ser significativamente debatido no Brasil, ainda possui várias questões para serem averiguadas e solucionadas, dentre elas, o próprio fator do preconceito social presenciado no ambiente escolar. O prejulgamento de que as pessoas surdas ou com outras necessidades específicas não são adequadas para desenvolver as atividades com êxito faz com que a sociedade exclua esse indivíduo, considerando incapaz, dessa maneira, a escola torna-se um local de mudanças dessas percepções.

De acordo com Tenor (2008), a educação inclusiva é classificada como uma proposta de desenvolvimento no âmbito da educação, assentando um movimento universal denominado de inclusão social. Considera-se como uma nova perspectiva, relacionada ao desenvolvimento

de uma sociedade mais justa, na qual os indivíduos devem exercer como cidadãos, respeitando a diversidade.

O ambiente escolar exerce um papel primordial na inclusão de crianças surdas, possibilitando com que esses indivíduos possam difundir o aprendizado assim como os outros colegas de classe. No entendimento de Tenor (2008, p. 38), “segundo o paradigma da educação inclusiva, as escolas precisam ser reestruturadas para acolherem as pessoas, que sejam ou não portadoras de deficiências ou de outras características atípicas”.

Sabe-se que a inclusão social das crianças surdas deve iniciar primeiramente nas escolas regulares, para que a mesma potencialize e desenvolva as suas habilidades, tendo em vista que nesse período, a criança encontra-se em uma fase de formação. Dessa forma, com a atuação de um profissional de LIBRAS e de uma proposta pedagógica eficiente na escola, as crianças e todos os envolvidos começam a compreender a importância dos profissionais e educadores nesse processo de aprendizagem, fazendo da Educação Especial um alicerce nessa trajetória.

CONCLUSÕES

A Educação Especial é considerada fundamental no processo de aprendizagem de crianças surdas brasileiras, tendo em vista que por meio desse campo da educação que os profissionais podem discutir políticas e diretrizes que possam promover a inclusão educacional de modo construtiva e benéfica para a criança com necessidades especiais. Promovendo a socialização, o respeito, a cidadania e contribuindo para um aprendizado e desenvolvimento de habilidades do mesmo.

No entanto, apesar da relevância de se discutir os benefícios da Educação Especial e de uma legislação que garante o aparato para as crianças surdas, sabe-se que esse procedimento não ocorre da maneira mais satisfatória, tendo em vista os desafios atrelados no ambiente escolar e também na sociedade. Isso significa que os profissionais da área da educação devem atuar em conjunto, pensando na inclusão do menor, agindo com a escola de modo que se possa obter coerência na execução de suas atividades. Desse modo, uma proposta pedagógica se faz necessária para que a criança surda possa obter o devido aprendizado, conhecimento de novas descobertas e habilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e B. Lei n° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, A. S. **Educação inclusiva: Práticas docentes frente à deficiência auditiva.** Disponível em: <
<http://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/16493/1/ANANDA%20DOS%20SANTOS%20CARVALHO.pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2018.

MENDONÇA, L. M. ; CARVALHO, T. W. ; DOMINGUES, L. S. ; CINTRA FARIA, ANA CAROLINA . A Importância da Libras como Componente Curricular na Educação Básica. In: II SEICO (Simpósio de Educação Inclusiva da Região Centro-Oeste), 2018, Luziânia - GO. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS COMO COMPONENTE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2018.

REBELO, A. S; KASSAR, M. C. M. **Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil.** In XII Encuentro Iberoamericano de Educación, (pp. 142-143). Alcalá de Henares: UNESP Cultura Editora/Universidad de Alcalá, 2017.

ROSA, E. F.. **Lecionando para ouvintes: desafios de uma professora surda.** Monografia apresentada na Especialização em Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: UCAM, 2005.

SANTOS, R.M.S; SILVA, R.V.S.**Práticas pedagógicas: uma inclusão de crianças surdas em uma escola municipal de Parnaíba.** 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA7_ID3265_22102016221343.pdf>. Acesso em:

TENOR, A. C. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu.** 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008.

ZANATTA, E. M. **Planejamento de práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.** 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. 2004.